



ADFA



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVII — N.º 196

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — FEVEREIRO 1991 — 80\$00



**MORREU
O GENERAL
FIRMINO MIGUEL
(CEME)**

**A ADFA
RECORDA O AMIGO**

14.ª REUNIÃO DA CPAE/FMAC LISBOA/ABR91

- **Ministros da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social, respectivamente na abertura e no encerramento da conferência**
- **Presença, como observadores, dos representantes das organizações de antigos combatentes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau**



Os que viveram a experiência da guerra apelam ao diálogo, à Paz e à solidariedade

VIDA ASSOCIATIVA

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do Art.º dos Estatutos, a M.A.G.N. convoca a Assembleia Geral para reunir ordinariamente na Sede da ADFA, em Lisboa, pelas 14 horas do dia 23 de Março de 1991, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Apreciação e votação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional referente ao exercício de 1990;
- 2 — Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Central relativos à gerência de 1990;
- 3 — Actualização da quota para 1992;
- 4 — Informações da Direcção Central.

Nos termos do n.º 2 do Art.º 32.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos sócios, a Assembleia Geral Nacional reunirá 30 minutos depois com qualquer número de associados.

ADFA, 18 de Fevereiro de 1991

A M.A.G.N.
O Presidente
António Silva Reis Santos

- **Reunião do Conselho Nacional
— a 23FEV91**

- **Centro de Reabilitação
da ADFA/Porto**

— previsto protocolo com IEFP

- **Nova Sede — campanha de fundos
— espera a tua participação**

QUOTAS: O teu vínculo assumido para com a Associação



General Firmino Miguel



ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
General Chefe

Por ocasião do falecimento do general Firmino Miguel, CEME, o Presidente da Direcção da ADFA endereçou o seguinte telegrama aos Ministro e Secretário de Estado da Defesa Nacional, Chefe do Estado-Maior General das forças Armadas e Chefe Int.º do Estado-Maior do Exército:

«A Associação dos Deficientes das Forças Armadas consternada morte trágica Chefe do Estado-Maior do Exército, general Firmino Miguel, que sempre demonstrou grande sensibilidade pela reabilitação e integração dos deficientes militares, deplora a perda de um Amigo que compreendeu aqueles que deram o melhor de si próprios no cumprimento do dever.»

No dia 10 a Direcção Central apresentou condolências à família, na pessoa da viúva, e também ao Exército, na pessoa do CEME Int.º, tendo depositado uma coroa de flores. No dia 11, esteve presente nas cerimónias fúnebres.

Serviços de Saúde do Exército

A Direcção Central reuniu, no dia 28 Jan., com o Director dos Serviços de Saúde do Exército, a fim de preparar o protocolo a assinar entre o Centro de Reabilitação da ADFA/Porto e a DSSE, assim como no dia 30 seguinte, com o Direc-

tor do HMP, para equacionamento de questões relacionadas com a criação do «Serviço do Utente Militar» e a situação dos grandes deficientes internados no Serviço 6.

Repartição Geral do Exército

Em visita de trabalho esteve na sede da ADFA, em 7 Fev., o Chefe Int.º da Repartição Geral do Exército, tendo tratado, com a Direcção Central, de vários assuntos pendentes.



Direcção Geral de Cooperação/MNE

Em sequência da reunião havida já em Setembro do ano passado, a Direcção Central foi recebida, a 19 deste mês, na Direcção Geral de Cooperação/Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo respectivo Director-geral Adjunto, dr. Vieira Branco, a fim de se tratar da implementação das acções de cooperação já planeadas no âmbito da União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e dos protocolos assinados.



Com vista à sua discussão no Conselho de Ministros de Novembro próximo, foi pelo «Comité para a Readaptação e Reintegração das Pessoas com Deficiência» enviado, aos diversos Estados

membros, um documento para análise, «Uma política coerente para as pessoas deficientes», estando a ADFA, a pedido do Secretariado Nacional de Reabilitação, a elaborar um seu parecer sobre o mesmo.



DASC

É com prazer que ELO informa do recente regresso ao nosso convívio, do major Jorge Maurício, após internamento e operação, no HMP.

Delegação do Porto

Esteve, no dia 9 deste mês na Sede a Direcção da Delegação do Porto, a fim de trabalhar com a Direcção Central em vários cadernos em aberto, nomeadamente os protocolos a assinar quer com a Direcção do Serviço de Saúde do Exército quer com o Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Última Hora:



Está marcada para o dia 21 deste mês a primeira reunião da «Comissão Técnica» do Lar Militar, órgão de que a ADFA faz parte.

ADFA prossegue contactos oficiais

Audiência com o ministro da Defesa Nacional

No dia 15 do mês corrente, no Ministério da Defesa Nacional, e por parte do seu titular, dr. Fernando Nogueira, foi recebida em audiência a Direcção Central da ADFA, salientando que à mesma esteve presente o respectivo secretário de Estado adjunto, dr. Eugénio Ramos.

Por parte do presidente da Direcção Central, José Arruda, que se encontrava acompanhado pelos 1.º e 2.º secretários daquele órgão, foi feita uma curta explanação acerca dos quatro pontos agendados para a reunião: a realização, em Lisboa, de 10 a 14 de Abril próximo, da 14.ª Reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus da FMAC; os últimos desenvolvimentos da União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Mo-

necessários à sua concretização.

No que à cooperação se refere, nomeadamente no contexto da União dos Antigos Combatentes, foi revelado, por parte da ADFA, o interesse em convidar representantes das organizações de combatentes dos três países africanos que a integram, como observadores, para que acompanhem aquela conferência europeia, aproveitando-se a circunstância para os respectivos representantes tomarem contacto mais palpável com a realidade que é a FMAC e, após a conclusão daquela reunião, se poder fazer um balanço do trabalho já desenvolvido a nível da União, perspectivar linhas de orientação, designadamente no intuito de se poderem, tão rapidamente quanto possível, elaborar os Es-

apoios para que, do sonho, a realidade se constitua.

A ADFA reconheceu o empenho daquele departamento governamental, para que fossem aprovadas e publicadas as mais recentes disposições legislativas que, aos deficientes militares dizem respeito, no entanto, que, a este nível, nem tudo ainda está feito: barreira dos 80 por cento para os grandes deficientes em serviço, tributação dos deficientes militares em sede de IRS, sem esquecer o problema dos grandes deficientes sem nexos de causalidade com o serviço, situações de que o titular do MDN se mostrou conhecedor, desejando a continuidade do útil trabalho de equipa que se tem desenvolvido entre o seu secretário de Estado adjunto e a ADFA.



çambique e Guiné-Bissau, a nível da cooperação; o ponto da situação com referência à construção da nova Sede nacional e assuntos diversos sobre a legislação.

Relativamente à 14.ª Reunião da CPAE (FMAC), explanados ao ministro da Defesa, o interesse do encontro que integrará, pela primeira vez, países do Leste europeu, e a profundidade dos temas a tratar que vão das diversas áreas de acção social à aplicação do Acto Único Europeu, foi aquele responsável governamental convidado a presidir à sessão de abertura, o que aceitou, tal como anuiu a disponibilizar, pela parte que ao seu Ministério concorrer, apoios

tatutos próprios, tendo o dr. Fernando Nogueira mostrado muito sensível a esta área tão importante, quer para os antigos combatentes quer para os quatro países que constituem aquela organização.

Concluída que está, de forma que a ADFA considera exemplar a 1.ª fase de construção da futura Sede nacional, foi explicada ao responsável do Ministério da Defesa, a actual situação, que prevê, para muito breve, a adjudicação da 2.ª fase das obras. Aquele elemento do Governo garantiu, então, o interesse que detém no acompanhamento da concretização daquele sonho e da vontade daquele Ministério em continuar a manter os

A nossa representação não pode, então, deixar de aproveitar a oportunidade para realçar o profundo espírito de compreensão e competência que sempre colocou nos contactos conosco o dr. Eugénio Ramos.

A encerrar a audiência e explicado ao ministro da Defesa Nacional o seu simbolismo, foram oferecidas pelo presidente da Direcção Central as medalhas, contribuído da campanha de angariação de fundos para a construção da futura Sede, finalizando-se uma reunião em que o dr. Fernando Nogueira nos transmitiu uma imagem de dinâmica envolvente pelos problemas que nos afectam.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 9.500 exemplares

DIRECTOR:
PATULEIA MENDES
CHEFE DE REDACÇÃO:
JOSÉ MANUEL SANDE

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 750\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

General Firmino Miguel recordar o Amigo

Trágica e prematuramente, em consequência de brutal acidente de viação de que foi vítima no dia 9 do corrente mês, desapareceu do nosso convívio o general Firmino Miguel.

A ADFA teve, desde que foi criada, nos contactos com aquele bilhante militar, homem de superior estatura moral, demonstração cabal de quanto respeitava e reconhecia os deficientes das Forças Armadas como indivíduos e da forma empenhada e sincera como sempre apoiou o desenvolvimento da nossa Associação, e com que interesse acompanhava os seus ideais, objectivos e projectos. Tendo exercido, ao longo de toda a existência da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, os mais altos cargos, quer no Governo, como Ministro da Defesa Nacional, quer na hierarquia do Exército, como Director da Arma de Infantaria e Vice-Chefe do Estado-Maior, a nossa organização sempre contou com o constante acompanhamento do general Firmino Miguel em todos os momentos, os mais diversos, da nossa convivência associativa.

É oportuno e de toda a justiça recordar, durante a sua presença à frente do Ministério da Defesa Nacional, nos últimos anos da década de 70, o interesse por si posto no de-

senvolvimento de disposições legislativas referentes a deficientes militares e o acarinamento manifestado relativamente ao funcionamento da CMRA, posteriormente extinta, assim como é de lembrar a sua visita ao Lar Militar, para ali se inteirar da forma de acolhimento aos grandes deficientes e da funcionalidade daquela importante estrutura de reabilitação, a qual sempre defendeu dever-se manter dentro do espírito, e fins, para que havia sido criada.

Visitou, também, o general Firmino Miguel as instalações da Tipografia-Escola da ADFA, situada na área do HMP/Anejo, a Campolide, sendo já sua opinião que a mesma deveria ser transferida de local, com garantia da sua continuidade em condições de trabalho mais adequadas aos seus fins e aos deficientes que formava e empregava.

Honrou-nos, ainda, o general Firmino Miguel, com o seu apoio e presença em altos momentos da vida da ADFA: no III Congresso Nacional, em Janeiro de 1989, no lançamento da 1.ª pedra da nova Sede, em Maio do mesmo ano, assim como na cerimónia de assinatura do protocolo de cooperação entre os Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social e a ADFA, para a

sua construção, em Março de 1990, e na Conferência dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, em Maio de 1990, incentivando constantemente o nosso trabalho, sempre com uma palavra amiga.

Foi por sua vontade e empenho pessoais que o início das obras de construção da nova Sede, no que se referiu à remoção de terras e preparação do terreno, coube ao Regimento de Engenharia da Pontinha, orgulhando-se a ADFA de ter sido a própria Instituição Militar

rações do 30.º aniversário do «Jornal do Exército», se dirigiu à sua delegação naquele encontro, divulgando, por outro lado, com reconhecimento, que o general Firmino Miguel, mensalmente, em cartão pessoal e assinado pelo seu próprio punho, agradecia o envio, que sempre lhe foi feito, do nosso jornal.

A ADFA tem consciência de que perdeu um dos seus grandes amigos dentro da família militar. É, por isso, neste momento, seu dever enaltecer toda a verticalidade e perfil humano de um militar



a empenhar-se e a iniciar a execução da sua futura Sede.

O ELO, por seu lado, não pode esquecer a forma amistosa, e até de alguma deferência, com que o então Chefe de Estado-Maior do Exército, no VI Colóquio da Imprensa Militar, realizado em Janeiro de 1990, em paralelo com as comemora-

da mais alta estirpe, que connosco comungou os amargores da guerra, segura de que o general Firmino Miguel se constituiu em personalidade que ultrapassará as barreiras da própria morte, já que permanecerá constantemente presente na memória daqueles que tiveram o privilégio de com ele se relacionar.

EDITORIAL



Se o início de cada ano nos traz uma usual intensificação da actividade associativa, este de 1991 não só não foge à regra, como, em tal matéria, se mostra particularmente rico.

No campo interno e estatutário, as delegações movimentaram-se e os sócios mobilizaram-se, para o grande encontro e convívio que constituem sempre, a nível nacional, as assembleias gerais de delegação, momentos ímpares e privilegiados em que os associados tomam conhecimento das suas diversificadas realidades regionais, e de todo o conjunto de actividades que as suas delegações levaram, e se propõem levar, a efeito. São as primeiras grandes jornadas de sensibilização associativa que, se espera, venham a culminar numa participada e vivida assembleia geral nacional, a realizar brevemente, e que deverá constituir um marco importante no pulsar do coração da ADFA.

Realiza-se, por outro lado, a reunião ordinária do Conselho Nacional, órgão estatutário de profunda participação, englobando a um tempo, órgãos sociais centrais e regionais, e os elementos directamente eleitos pela massa associativa para a representar neste fórum de debate e resolução dos grandes projectos colectivos, no preciso momento em que se inicia a compilação dos trabalhos, já apresentados, com vista à revisão estatutária, e a grande campanha nacional para a sua discussão, que se augura mobilizadora e de grande apelo à militância dos sócios.

Terminada, no final de 1990, a 1.ª fase de construção da nossa futura sede, será, a breve trecho, adjudicada a 2.ª fase das obras, que se anseia ver iniciadas durante o mês de Março. Com as garantias já expressas por parte do Governo, com o alto interesse demonstrado pela Instituição Militar, com alguns apoios já obtidos e outros a concitar por parte de entidades públicas e privadas, e, ainda, com uma mais participada intervenção dos sócios na campanha de angariação de fundos, crê-se deixar, no final do ano corrente, as futuras instalações da ADFA em fase de conclusão.

Prevê-se, proximamente, a assinatura do protocolo entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a nossa organização, para a implementação de obras onde, condigna e funcionalmente, se instale o Centro de Reabilitação, actualmente instalado junto da nossa delegação do Porto. Concretizar-se-á, deste modo, um velho sonho da ADFA, e daquela sua delegação, permitindo, aos deficientes das Forças Armadas e a toda a população deficiente da zona Norte, uma estrutura de reabilitação que, pelas diversas valências a desenvolver, prestará serviço de relevo, não só àqueles como à própria Associação e ao País.

Em Abril será a ADFA anfitriã, em Lisboa, da 14.ª Reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus, da

(Continua na pág. 4)



ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS



**GENERAL
FIRMINO MIGUEL, CEME
reafirma total solidariedade
aos deficientes
das Forças Armadas**

— Engenharia Militar vai colaborar nos trabalhos de terraplanagem da nova Sede

EDITORIAL

(Continuação da pág. 3)

Federação Mundial de Antigos Combatentes, encontro que juntará, pela primeira vez, presumivelmente, 25 países europeus, já que nela terão assento alguns países do Leste, de recente filiação naquela organização. Os temas, que vão dos assuntos sociais às implicações do Acto Único Europeu para os antigos combatentes e vítimas de guerra, da segurança europeia à acção humanitária da Cruz Vermelha Internacional, e o conjunto de nações que estará em Portugal, deixam prever um encontro de alto significado, em torno do trabalho a produzir, e que virá a ter forte impacto em todo o continente.

Estarão presentes, com estatuto de observadores, as organizações de antigos combatentes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que, finda aquela reunião, conferenciarão com a ADFA, a fim de se fazer o levantamento do trabalho realizado durante o primeiro ano de vida da União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e perspectivarem objectivos e linhas de orientação a desenvolver durante o próximo, em que compete ainda, a Portugal, a presidência daquela União, criada, recorde-se, como corolário da 1.ª Conferência dos Antigos Combatentes daqueles quatro países, em Maio último.

Em projecto a assumir pelo todo nacional, anseia-se forte intervenção associativa no 14 de Maio, 17.º aniversário da nossa Associação, esperando-se que esta data constitua intensa jornada de participação e sensibilização associativas, tal como recomendou o III Congresso Nacional da ADFA, de Janeiro de 1989.

Logo a seguir, no mês de Junho, tal como dispõem os nossos Estatutos, será a massa associativa chamada a pronunciar-se em acto eleitoral, sobre a sua opção, com referência aos órgãos sociais centrais e regionais, que dirigirão a ADFA no biénio 1991/1993.

É com esta mão-cheia de actividades, as mais diversas nas suas funções e objectivos, que a ADFA inicia este ano de 1991, esperando, de forma interveniente, que no Mundo flutue a bandeira da Paz, da concórdia, do diálogo e da cooperação, assumindo-se como força e elo de ligação entre todos os seus associados, continuando a garantir a resolução dos diversos problemas que os afectam, tal como o fez, recentemente, em relação à publicação do Decreto-Lei de ampliação do prazo para revisão de juntas médicas, à aplicação, pela Caixa Geral de Depósitos, do desconto de 8% nas pensões dos deficientes militares, à aprovação do Decreto-Lei dos «grandes deficientes em serviço» e à alteração da filosofia do sistema de majurações e desmajurações.

Augurando-se que em torno da ADFA se aglutinem, para lhe dar cada vez mais força, os seus sócios, designadamente aqueles que dela se encontrarão mais desligados, no interesse da defesa dos seus direitos e da sua dignidade, sendo seu espelho e reflexo perante a sociedade, numa postura independente, crítica, mas construtiva, demonstrando que eles nela querem intervir activamente e constituir-se em elementos participativos da sua mudança.

A Direcção Central

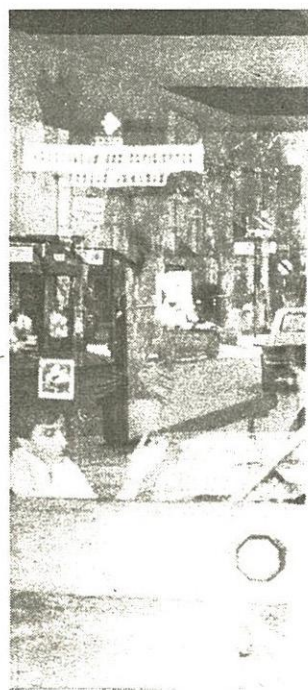
WISEU

Assembleia Geral Ordinária

Decorreu na melhor normalidade a Assembleia Geral Ordinária realizada a 9 deste mês, tendo, após diversas intervenções de associados, sido aprovado o Relatório de Actividades e Contas relativo a 1990, com voto de louvor à Direcção de Delegação, «face à boa e metódica normalidade de trabalho» e «pelos relevantes trabalhos que estão a ser conseguidos, bem como pelas demarques que tem vindo a fazer, local e fora de muros, para uma actuação plena, digna e ordenada, na sociedade que representa».

Tendo sido proposto pela Assembleia que a Direcção indagasse sobre a situação dos sócios com quotas em atraso, apelasse à liquidação das mesmas, pois é através do seu pagamento que a Associação se mantém a funcionar. A todos os associados em geral, e em especial aos que há mais tempo estão afastados do nosso convívio, se pede um maior empenhamento

DELEGAÇÕES — NÚCLEOS



na vida associativa para que, juntos, possamos fazer com que a nossa Associação seja aquilo a que nos propusemos aquando da sua fundação.

Audiência na Câmara Municipal

No dia 24 de Janeiro, a Direcção de Delegação, juntamente com representantes do Núcleo da Guarda, foi recebida na Câmara local, pela sua vice-presidente, sr.ª dr.ª

Maria do Carmo, à qual foram apresentados os problemas dos associados do distrito, assim como do próprio Núcleo, nomeadamente a sua localização e dificuldade de deslocação e acesso, tendo aquela autarca manifestado o maior empenho numa rápida solução para tais questões.

Revisão estatutária

Em reunião conjunta, na delegação, de órgãos locais com elementos da

MAGN, foi abordada a forma como estão a decorrer os trabalhos de revisão estatutária.

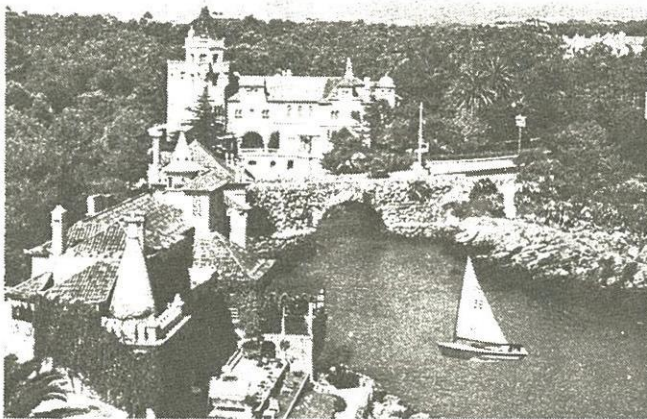
Tendo já, em devido tempo, esta delegação comunicado à mesa a sua opinião sobre quais as áreas principais que deveriam ser abrangidas, foi agora reafirmado o desejo de procura da melhor contribuição possível para uma correcta revisão, apelando-se ao empenhamento de todas as delegações e associados nesta tarefa comum.

CASCAIS

Realizou-se no dia 8 deste mês, como previsto, o jantar mensal do Núcleo de Cascais, no qual, para além do natural convívio entre associados da zona, se trataram e debateram alguns dos proble-

mas do Núcleo que se realizam nas segundas 6.ª-feiras de cada mês.

NÃO TE ESQUEÇAS QUE NA DINAMIZAÇÃO DO TEU NÚCLEO ESTÁ MUITA DA CAPACIDADE ASSOCIATIVA DA TUA ORGANIZAÇÃO A ADFA.



mas com que a estrutura se debate, assim como se falou da questão fundamental para os deficientes militares que é a revisão estatutária. Entretanto, ficou já marcado o jantar de Março que será no próximo dia 8, pelas 20 horas, no restaurante «A

Pontes», situada na 3.ª Circular e em frente à urbanização onde está a sede local (Varandas de Cascais).

SÓCIO DE CASCAIS: habitua-te, com a tua família, a aparecer nos jan-

ENTREGUE OS SEUS TRABALHOS FOTOGRAFICOS NA ADFA

REVELAÇÕES, AMPLICÓPIAS E AMPLIAÇÕES MAIS BARATO E COM RAPIDEZ



PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA
☎ 346 21 67/8

LARGO DE S. DOMINGOS
1194 LISBOA CODEX

SÓCIOS FALECIDOS

JOSÉ BERNARDINO GUERREIRO DA CRUZ, sócio n.º 3343, natural e residente em Vila Real de St.º António, Concelho de Vila Real de St.º António, faleceu no passado dia 7 de Maio de 1990

devido a neoplasia do cérebro.

Sócio acidentado em Angola, deixa viúva a Sra. Dona Maria Teresa Ferramacho Ximiné da Cruz.

ANTÓNIO MENDES, sócio n.º 806, natural e residente em Lugar das Bouças de Baixo, Concelho de Matosinhos, faleceu no passado dia 19 de Dezembro de 1990.

Sócio acidentado na

Guiné, deixa viúva a Sra. Dona Maria Carvalho Dias Mendes.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios, apresentamos as nossas sentidas condolências.

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

23 MAR. 91

Convocada, para 23 de Março próximo, a reunião da AGNO, para «apreciar e votar o relatório de actividades do Conselho Nacional, relatório e contas da Direcção Central e respectivo parecer do Conselho Fiscal Central relativos à gerência do ano findo» (n.º 1 do art.º 27.º dos Estatutos), e não sendo possível neste ELO, conforme é hábito, a divulgação do balancete e relatório de actividades da DC, dado ainda não se terem realizado todas as Assembleias Gerais de Delegação, informa-se que, no prazo previsto no n.º 2 do art.º já citado, estarão os documentos, acima mencionados, à disposição dos sócios, para consulta, na Sede e Delegações, a partir do dia 13 de Março.

ELO, no entanto, poderá adiantar que, do relatório de actividades da DC farão parte grandes momentos da vida associativa, ocorridos durante o passado ano:

- envolvimento e contactos que levaram à concretização da construção da 1.ª fase da futura Sede nacional;
- evolução legislativa, com a publicação do Decreto-Lei sobre alteração de prazos de Juntas Médicas e «grandes deficientes em serviço»;

- contactos internacionais;
- cooperação: realização da 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, com a criação da respectiva União; visita a Moçambique a convite da congénere daquele país,

com quem a ADFA celebrou dois protocolos; visitas à ADFA de altos dirigentes das Secretarias de Estado e Associação de Antigos Combatentes de Angola;

— FMAC: participação activa na 48.ª Reunião do Conselho Geral (Banguecoque) e na 2.ª Conferência Internacional sobre a Paz e Segurança no Mediterrâneo (Sicília);

— RI: presença na V Conferência da Reabilitação Internacional (Dublin), e

— IKK: visita à Sede, dos Presidente e Vice-Presidente do Congresso Mundial de Cegos de Guerra;

- contactos nacionais;
- audiências concedidas pelos Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro e Secretário de Estado da Defesa Nacional;

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Art.º dos Estatutos, a M.A.G.N. convoca a Assembleia Geral para reunir ordinariamente na Sede da ADFA, em Lisboa, pelas 14 horas do dia 23 de Março de 1991, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Apreciação e votação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional referente ao exercício de 1990;
- 2 — Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Central relativos à gerência de 1990;
- 3 — Actualização da quota para 1992;
- 4 — Informações da Direcção Central.

Nos termos do n.º 2 do Art.º 32.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos sócios, a Assembleia Geral Nacional reunirá 30 minutos depois com qualquer número de associados.

ADFA, 18 de Fevereiro de 1991

A M.A.G.N.

O Presidente

António Silva Reis Santos



**COLABORANDO E PARTICIPANDO
ENGRANDECES A ADFA
E PERSPECTIVAS O TEU FUTURO!**

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL

Médico: sócio dr. Fernando Brito Segundas e Quintas-Feiras, às 14 horas.

PSIQUIATRIA

Médico: dr. Proença Terças-feiras, às 12 horas.

PSICOLOGIA — «Stress de guerra»

dr.ª Paula Frazão Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

SERVIÇO SOCIAL

Técnica de Serviço Social: dr.ª Gracinda Benedito Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h. Terças e Quintas-feiras, 9.30/12.30 h.

Outros Serviços

SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE:

Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

BAR E CANTINA

Segundas a sextas-feiras 10H10/10H30 (só pequenos-almoços); 12.30/18H00 (provisório até 15 Fev. 91)

SECÇÃO FOTOGRÁFICA:

Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuem-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios) estão sujeitas a uma marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

INFORMAÇÃO AOS SÓCIOS

GRANDES DEFICIENTES
EM SERVIÇO

Prestação suplementar de invalidez

(3.ª pessoa)

Chama-se a atenção dos «grandes deficientes em serviço» abrangidos pelo Decreto-Lei 314/90 de 13 de Outubro (ver ELO de OUT90), que sejam portadores de desvalorização igual ou superior a 90% que devem requerer autorização para lhes ser abonada a prestação suplementar de invalidez (3.ª pessoa), ao Administrador da Caixa Geral de Aposentações, e nos termos do n.º 3 do art.º 3.º do referido diploma.



IRS

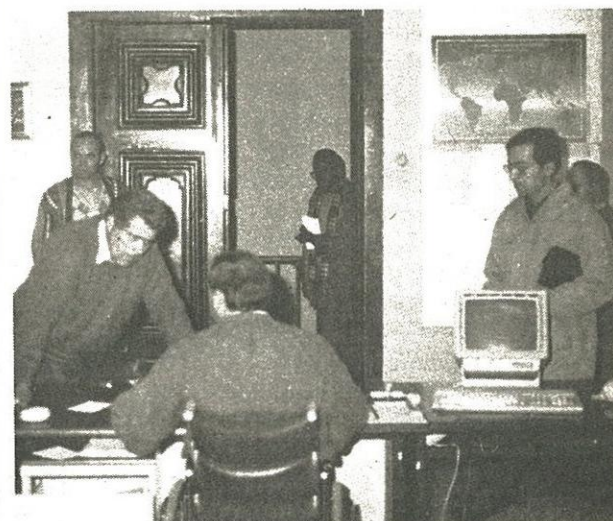
Retenção sobre o trabalho,
dependente e pensões

Segundo informação que no remeteu o Departamento de Apoio Jurídico e Administrativo aos Sócios — DAJAS —, e em conformidade com o Decreto-Lei 42/91 (22/JAN), o IRS dos pensionistas vai passar a ser retido na fonte, ou seja, pela Caixa Geral de Aposentações. E tendo essa disposição efeitos a partir de Janeiro deste ano, já (ou só) em Março ela será iniciada, com efeitos retroactivos, isto é, retendo também o IRS referente aos meses de Janeiro e Fevereiro.

Para cumprimento do disposto, devem todos os pensionistas comunicar àquela Caixa, com o máximo de urgência, a sua situação pessoal e familiar, no que respeita à existência de rendimentos de ambos os cônjuges ou de um só, para os casados, e de indicação de única titularidade, para os restantes casos.

Para tal, basta uma simples carta, endereçada a Caixa Geral de Aposentação/SPR 8, Serviço de Abono de Pensões, Rua Castilho n.º 233, 1000 LISBOA, com a indicação própria:

- Não casado, único titular;
- Casado, único titular, ou
- Casado, dois titulares.

Esclarecimento
e preenchimento

Tal como em 1990, muitas dezenas de associados acorreram à Sede para esclarecimento e preenchimento dos impressos da Declaração Mod. 1 do IRS

FORMAÇÃO PROFISSIONAL/SEDE

colaboração da dr.ª Cecília Pires*

Valências do Departamento de Formação Profissional

Breve História dos Testes

Desde o princípio da humanidade que existe a preocupação de conhecer o homem com o fim desse conhecimento ser aproveitado para fins úteis e práticos; é com o progresso da ciência e a evolução da sociedade que se vão aperfeiçoando os meios para o estudo do homem.

Embora não existissem palavras como «psicotecnia» ou sinónimas, eram já evidentes, tanto na antiga Grécia como em Roma, esboços de métodos de selecção: organizavam provas lúdicas e atléticas para selecção dos melhores.

Na Idade Média, os aprendizes de qualquer profissão tinham de vencer certas provas para se tornarem mestres de ofício. Os estudantes, já nessa época, realizavam exames, para assim atingirem o seu grau universitário.

Com o progresso da ciência e a rápida evolução da sociedade, tornou-se imperioso encontrar instrumentos que servissem para analisar e orientar os indivíduos.

Pode-se dizer que os testes foram criados, e são utilizados, tendo em vista a determinação e análise de diferentes características psicológicas e intelectuais.

No séc. XVIII, Ernst Weber, de formação anatomista, dedicou-se a experiências sobre a discriminação de peso, visão, audição, etc., demonstrando preocupação pelas aptidões humanas.

Weber ficou conhecido pela sua abordagem experimentalista e quantitativa dos problemas psicológicos, dando origem à chamada «Lei de Weber».

No séc. XIX, um físico e químico, Theodor Fechner, dedicou-se aos problemas relativos à aplicação dos métodos exactos das ciências naturais no estudo da relação entre os processos mentais e os fenómenos físicos.

Nos meados do séc. XIX, A. Bain, fisiologista, estudou e organizou descobertas experimentalistas alemãs, embora o seu maior contributo tenha sido a tentativa de inclusão do domínio da experiência humana num sistema de psicologia.

A origem dos testes confunde-se com a origem da Psicologia Experimental bem como com a criação, em 1875, do primeiro laboratório experimental realizado por Wundt. Este autor aplicou os seus métodos a vários estudos experimentais, tais como o da visão, audição, tempos de reacção, problemas de origem psicofísica e à análise das associações de palavras.

Nesta mesma época Wundt concebeu o método dos testes que tinha

como principais objectivos a medida exacta dos fenómenos, o estabelecimento de normas e a interpretação dos resultados com recurso às matemáticas.

Galton, biológico, embora influenciado pelos trabalhos dos seus antecessores, foi o primeiro a iniciar investigações sobre as aptidões individuais.

No entanto é Cattell quem, pela primeira vez, fala em Testes Mentais, numa publicação de 1890 onde descrevia os testes que utilizava no seu laboratório (Testes de memória, imagens, acuidade visual e auditiva, visão cromática, preferência de cores, percepção de sons e peso, sensibilidade à dor, índice de percepção e movimento, precisão do gesto manual e tempos de reacção).

É também Cattell o responsável pelo conhecimento público dos testes, pois a psicometria, «sai» do laboratório para ficar ao serviço da Organização Social.

Foi no domínio da edu-

cação e da instrução que os testes tiveram a sua primeira e mais útil aplicação. A partir de 1900 começa a ser sentida a influência do psicólogo francês Alfred Binet.

A primeira escala de Binet-Simon limitava-se ao problema da criação de um instrumento que medisse as aptidões intelectuais das crianças em idade escolar distinguindo as crianças «normais» das crianças «deficientes».

Em matéria de teste psicológico, a primeira guerra mundial veio trazer um novo impulso, pois havia necessidade de medir separadamente os componentes da inteligência e as aptidões específicas.

Foram então elaboradas algumas críticas à escala de Binet-Simon visto esta tratar de várias aptidões que são em grande parte independentes daquilo a que se chama «inteligência».

É no entanto com Spearman que se dá uma grande renovação no método dos testes e como

consequência revelam-se novos psicólogos-matemáticos.

Por volta de 1916 dá-se um grande desenvolvimento dos testes colectivos, principalmente quando os Estados Unidos entraram na I Guerra Mundial.

Tornou-se imprescindível examinar os recrutas e determinar não só a sua capacidade intelectual mas também a respectiva adequação vocacional.

A Psicologia Militar foi progredindo e os «Army Tests» foram objecto de uma revisão bastante cuidadosa no decorrer da última Grande Guerra,

Foi também nesta altura que foram construídas muitas baterias de testes visando sobretudo as aptidões específicas para a selecção e treino de pessoal a colocar nos diversos ramos das Forças Armadas.

A última fase do movimento psicométrico revelou-se com os Testes de Personalidade grandemente impulsionados pela Psiquiatria.

(Continua...)

Integração Profissional Sucesso

Formando — Estagiário — Trabalhador

Pedro Luís Ramos Meireles, 23 anos é deficiente devido a uma poliomielite infantil, concluiu o 10.º ano e ao ter tido conhecimento dos Cursos de Formação Profissional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas veio inscrever-se. Como todos os candidatos aos cursos, passou por uma avaliação/selecção antes de frequentar o curso por ele pretendido.

Em 1988 começou a sua formação em Electricidade Geral, tendo continuado em Electrónica Analógica, Electrónica Digital, Microsoldadura e Tecnologia TV/Vídeo. Como todos os outros formandos, ao terminar a sua formação teórica/prática simulada realizou o seu estágio na área de Electrónica Digital na empresa Etatrónica — Equipamentos Técnicos, S.A. onde actualmente exerce a sua actividade de técnico de Telecomunicações.

Ao fim de 5 meses de estágio, a empresa Etatrónica enviou-nos uma carta dizendo que pretendiam dar um lugar no Departamento Técnico ao sr. Pedro Meireles.

De estagiário passou a trabalhador

Inquirida a administração da Etatrónica sobre o

desempenho deste nosso formando, foi-nos dito que é «um técnico com conhecimentos básicos que são necessários para as funções a desenvolver na área das Telecomunicações da firma», referiu também que o sr. Meireles tinha granjeado a simpatia de todos, e destacava-se pela sua pontualidade e pelo modo como encarava as tarefas que lhe eram atribuídas «com a responsabilidade própria de um profissional.»

Este é um exemplo, dos nossos formandos com sucesso em empresas de tecnologia de ponta.



Formando — Versus — Monitor

Jorge dos Santos Neto, serralheiro mecânico de profissão foi para Angola cumprir o serviço militar obrigatório.

Durante a sua comissão fez várias operações no mato; salvo o stress e as más condições a esperança de voltar à metrópole aumentava de dia para dia, faltavam só 15 dias para o regresso.

No dia 13 de Março de 1970, o sr. Neto e alguns companheiros foram para mais uma operação no mato; primeiro passou a Berliet, depois o Unimog em que vinha o 1.º cabo Neto; uma mina anticarro rebenta na sua passagem e o sr. Neto parte as duas pernas.

Na operação de salvamento, fazem-lhe um gar-

rote na perna esquerda, o qual deveria ter sido aliviado, decorrendo daí



uma gangrena a qual foi detectada na chegada ao Hospital do Luso.

É em Luanda que «a perna esquerda é então amputada».

Em Abril é transferido para o Hospital Militar de

Lisboa, no qual permanece aproximadamente quatro anos.

De 1970 a 1977 desloca-se de cadeira de rodas, até que em Julho de 1977 vai para a Alemanha onde é operado à perna direita.

Alguns meses depois, já consegue andar e vai «de casa para o café e do café para casa».

Nunca mais trabalhou, até que um dia, por volta de 1987, começa a fazer pequenos arranjos em cadeiras de rodas.

Em 1988 este sócio da ADFA, tem conhecimento dos Cursos de Formação Profissional; inscreve-se em Cerâmica, passa na selecção/avaliação, e começa a frequentar o curso o qual termina com sucesso.

Em 1989 é convidado para Monitor Auxiliar do Curso de Técnico de Ceramista da ADFA, no qual encontrou a sua verdadeira vocação.

Hoje, com 44 anos de idade, não imagina a sua vida sem a cerâmica, sendo ele um dos monitores que ensina e orienta os primeiros formandos invisuais integrados nos Cursos de Formação Profissional da ADFA.

(Continua...)

*Psicóloga do DEFOP/Sede



O Centro de Reabilitação em notícia

J. S.

Admissão de Novos Profissionais

Na sequência do processo de desenvolvimento do projecto do Centro de Reabilitação deram-se passos significativos na área dos recursos humanos. Numa primeira fase, e porque era essa a primeira prioridade, procedeu-se ao reapetrechamento das equipas técnicas que servem os diversos programas, contratando os profissionais em falta, em novos moldes.

Assim, em Janeiro passado, passaram a integrar a equipa técnica do Centro:

- 1 Psicóloga
- 1 Assistente-Social
- 1 Promotor de Emprego
- 1 Monitora de Serviços Administrativos
- 1 Terapeuta Ocupacional
- 1 Médica de Medicina Física e de Reabilitação

Numa segunda fase passar-se-á à reestruturação e reapetrechamento dos serviços administrativos e dos serviços de apoio.

Promoção de Emprego

A partir de Janeiro, o Centro dispõe de um pro-

fissional que cuida em exclusivo do apoio na obtenção do emprego para aqueles que solicitam o apoio do Centro nesse sentido.

Embora o trabalho anterior tivesse sido desempenhado da melhor forma pelos profissionais que até então foram chamados a prestar esse apoio, é evidente que o facto de agora alguém se dedicar em exclusivo a essa tarefa possibilita novos resultados, e respostas eventualmente mais rápidas. Neste momento estão apenas por colocar situações muito difíceis, e há já mesmo ofertas de emprego para as quais não temos candidatos.

Assim os sócios desempregados, ou com emprego que julguem inadequado, poderão recorrer ao serviço de Promoção de Emprego do Centro, da forma indicada noutra local.

Programa de Readaptação ao Trabalho

Na sequência da acção iniciada em Junho do ano passado, encontram-se, de novo, abertas as inscrições para o programa de Readaptação ao Trabalho. Recordam-se as suas características principais:

— *destinatários*: cidadãos com deficiência, desempregados de longa duração (há mais de 6 meses);

— *duração*: 18 meses, a iniciar em 1 de Janeiro de 1991;

— *tipo de acção*: estágio em empresa ou serviço, obtido pela acção conjugada do candidato e do serviço de promoção de emprego, após um curto período de preparação a decorrer em Centro;

— *apoios do Centro ao estagiário*:

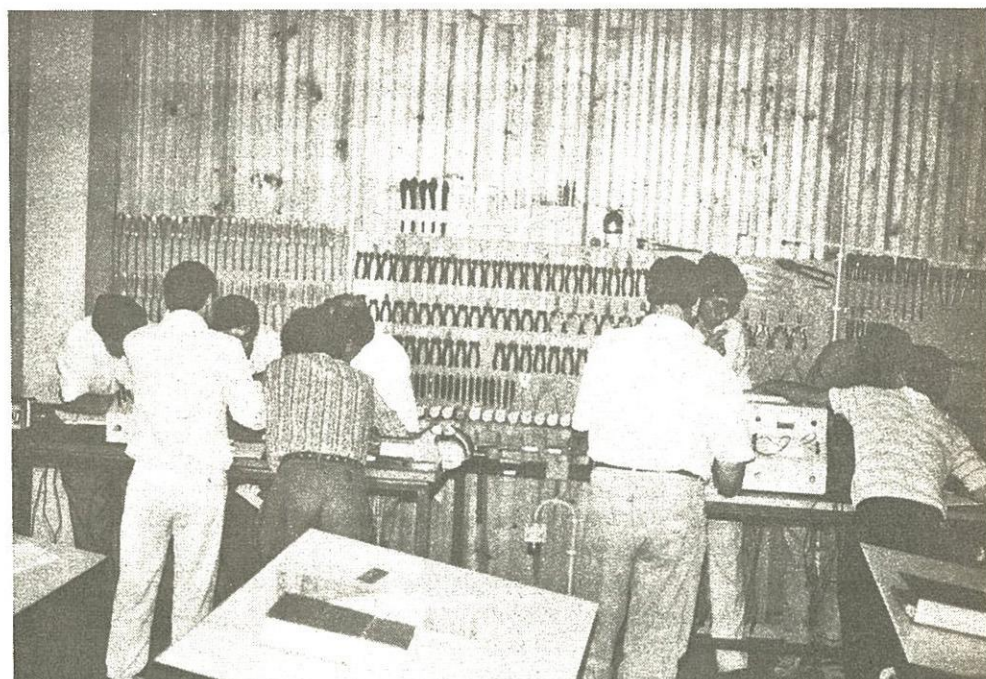
- bolsa mensal no valor de 70% do salário mínimo nacional;

- subsídio de transporte, igual ao custo do passe mensal;

- alojamento durante o período de permanência no Centro.

O estágio de readaptação ao trabalho atrás referido visa o conhecimento mútuo do empregador e do estagiário e, evidentemente, deverá transformar-se, logo que possível, em emprego. Saliente-se que da experiência havida resulta claramente uma conclusão positiva sobre a eficácia deste programa como veículo conducente a emprego.

Os sócios interessados em recorrer a este estágio — que pode ser realizado na área da residência, seja ela qual for — deverão contactar a As-



sistente-Social do Centro com urgência.

Formação Profissional

Uma das estratégias para promover a resolução do problema do emprego é o recurso à formação profissional, a qual pretende proporcionar oportunidade de aquisição de competências para o exercício de uma determinada função profissional.

Através da aprendizagem de uma nova profissão, através de acções de reciclagem para actualização de competências, através de acções de qualificação, visando a promoção profissional, os

problemas da integração profissional encontram normalmente resolução.

Se entende que a formação profissional — em qualquer das suas modalidades — pode ajudá-lo, então contacte os serviços do Centro, que o ajudarão a definir e realizar o seu projecto profissional.

Serviços Disponíveis/ /Pessoas a Contactar

— **Apoio Social**

- Informações gerais
- Primeiro contacto com utentes
- Encaminhamentos

Dr.ª Manuela Bessa, Telef. 824055.

— **Consulta Psicológica** — Dr.ª Maria Jorge, Telef. 824055.

— **Reabilitação Funcional**

- Próteses e ortóteses
- Consultas de Fisioterapia

- Consulta de Clínica Geral

- Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Marcação de consulta: D. Helena Soeiro, telef. 820719.

— **Consulta de Psiquiatria**

Marcação de consulta: D. Helena Soeiro, telef. 820719.

— **Promoção de Emprego**

Vítor Pinto, telef. 824055.

Futuros técnicos desportivos pesquisam no ELO a história do desporto para pessoas deficientes

Neste mês de Fevereiro, mais uma vez o prof. Jorge de Carvalho esteve na ADFA, acompanhando

de documentação sobre o assunto e atendendo a que os órgãos de Comunicação Social pouca cobertura e importância deram, e têm continuado a dar, a acontecimentos do género, só é possível obter tais dados nas instituições de para deficientes que

possuem jornal ou boletim informativo, encontrando-se a ADFA, e o ELO, entre as entidades que maior divulgação têm dado, sempre que para isso há motivo, às várias actividades levadas a efeito nesta área especializada do desporto.

**Recorde-se que são da APPC alguns dos atletas que tão dignamente, embora sem o correspondente reconhecimento oficial, têm representado Portugal no estrangeiro, nomeadamente nos Jogos Para-Olímpicos, onde várias foram as medalhas conquistadas, desde ouro a bronze, com diversos recordes mundiais, olímpicos e europeus pelo meio (ver ELO's de Outubro e Novembro de 1988).*



do um grupo de formandos do curso de Formação Profissional da APPC (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral)*, da área do «desporto para deficientes», a fim de recolher, no ELO, dados relativos à sua história e evolução.

Segundo aquele docente, devido à inexistência



FUNDACION MAPFRE

XV CONVOCATÓRIA DE BOLSAS DE ESTUDO PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE DEFICIENTES FÍSICOS

Pela 5.ª vez esta convocatória é extensiva a Portugal.

Poderão concorrer todas as pessoas afectadas por deficiência física, adquirida ou congénita, cuja idade esteja compreendida entre os 17 e os 40 anos.

Os cursos, com a duração de dez meses, terão lugar no Centro de Reabilitação da MAPFRE em Majadahonda (Madrid), versando uma das especialidades existentes, cobrindo as bolsas todas as despesas ocasionadas com a formação do bolseiro.

Os interessados nas Bolsas poderão solicitar mais informações e fazer a sua inscrição provisória, indicando a deficiência física, idade e nível de estudos, antes do próximo dia 19 de Março para:

FUNDACION MAPFRE
Delegação em Portugal
Av. da Liberdade, 40-7.º
1200 LISBOA

Informa-se também que as especialidades existentes são as seguintes:

Autoedição, Mecânica (Automóvel), Electricidade (Automóvel), Bombas de injeção em Motores Diesel, Carpintaria de Alumínio, Contabilidade, Qualidade Industrial — Laboratório de Metrologia, Qualidade Industrial — Testes de Materiais, Qualidade Industrial — Metalografia, Marcenaria, Marcenaria — Máquinas, Marcenaria — Montagem, Electricidade Industrial — Manutenção, Electricidade Industrial — Instalações Eléctricas, Electricidade Industrial — Reparação de electrodomésticos, Electrónica Industrial, Electrónica — Imagem e Som, Soldadura, Soldadura — T.I.G., Soldadura — M.I.G. — M.A.G., Soldadura Oxiacetilénica, Sapataria.

Os que viveram a guerra

FMAC Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra

FINS

Os fins da FMAC são, segundo o art.º 2.º dos seus Estatutos:

«A manutenção da Paz e da segurança internacional pela aplicação, na letra e no espírito, da «Carta das Nações Unidas», pelo respeito dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais definidas na «Declaração Universal dos Direitos dos Homens».

«A defesa dos interesses morais e materiais dos antigos combatentes e vítimas de guerra por todos os meios que lhes proporcionam as leis e as constituições;

«O estabelecimento de relações regulares entre as Associações ou Federações nacionais e organizações internacionais de antigos combatentes e vítimas de guerra de todos os países;

«A promoção da cooperação e de relações directas de amizade e compreensão entre Associações ou Federações nacionais e a troca de experiências em todos os domínios que afectem os seus interesses e nomeadamente a troca de informações sobre as suas legislações respectivas;

«A manutenção da piedosa recordação dos mortos da guerra.»

Posições da FMAC

- Pela solução pacífica dos conflitos internacionais e a procura dos meios apropriados.
- Pelo respeito do direito dos povos a dispor livremente de si próprios e pela abolição do colonialismo sob todas as suas formas.
- Pelo desenvolvimento económico por uma cooperação internacional efectiva visando a ajuda económica e técnica aos países do Terceiro Mundo.
- Pela plena utilização dos recursos humanos, nomeadamente pela reinserção dos deficientes na vida social e económica.
- Pela proibição de todos os ensaios de armas nucleares e pela realização dum desarmamento geral, completo e controlado.
- Pela protecção efectiva dos «Direitos Hum-

nos», pela criação ou reforço de instituições no plano nacional, regional e universal.

• Pelo reforço das Nações Unidas e das instituições especializadas.

Actividades

Para traduzir a sua política geral em factos, a FMAC actua junto das instituições internacionais, dos dirigentes e da opinião pública, no plano internacional e por intermédio das suas associações membros no plano nacional dos respectivos países. Ela toma ou apoia as iniciativas a favor da resolução pacífica dos conflitos internacionais, suscita e encoraja estudos e a investigação sobre a readaptação dos deficientes, a legislação dos Antigos Combatentes, a protecção dos «Direitos Humanos», o desarmamento e a manutenção da Paz. Ela favorece a cooperação internacional através de conferências e seminários, pela troca de informações e experiências, pela coordenação dos recursos disponíveis e das necessidades determinadas.

Credo da FMAC

«Nenhuma voz é mais qualificada para se elevar em defesa da Paz do que a dos homens que combateram nas guerras. Pela voz dos antigos combatentes exprimem-se os povos, que têm e de de Paz e que, no decurso duma geração, sofreram, por duas vezes, as indescritíveis misérias da guerra mundial.

Os homens de hoje têm direito à Paz. Sem ela, perdem a esperança e sem esperança não são nada. É preciso que os humildes se façam ouvir. O progresso a que eles aspiram não é somente material, implica liberdade, igualdade, dignidade e apoia-se na Paz.

Ora este desejo de Paz e de progresso pode e deve tornar-se uma força irresistível contra a guerra, a violência, a degradação. Aqueles que despenderam na guerra tanto trabalho e sacrifícios estão prontos a trabalhar pela Paz. Eis-nos na época dos mais nobres esforços e da mais bela cruzada da História para que reinem enfim a Paz, a liberdade e a igualdade.»

O CONFLITO DO GOLFO E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

(Declaração redigida pelo Secretariado Executivo da FMAC, em ligação com o CICV, em Jan. 91, dentro do quadro das posições expressas pelos órgãos estatutários da Federação e também no da resolução n.º 29 — «Prisioneiros e desaparecidos na guerra», adoptada em Manila/1988, por ocasião da 19.ª Assembleia-Geral).

Os 25 milhões de membros da Federação Mundial de Antigos Combatentes de 60 países dos cinco continentes, que combateram lado a lado ou uns contra os outros, conhecem, pela sua experiência vivida, as consequências trágicas da violação do direito internacional humanitário.

Eles sabem que essa violação, acarretando um aumento de sofrimento que pode ser evitado, atizando ódios que se voltam, no fim, contra os que a perpetraram, torna ainda mais difícil e dolorosa a solução do conflito.

A Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra lança um apelo urgente a todos os envolvidos para que respeitem estritamente as Convenções de Genebra e que tomem as disposições nelas previstas, a fim de permitir à Comissão Internacional da Cruz Vermelha que cumpra plenamente as missões que lhes são consagradas pelo direito internacional humanitário.



É bem conhecido dos leitores do ELO o extraordinário papel que a Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra — FMAC, tem vindo a (tentar) desempenhar no actual panorama internacional, força que lhe vem do apoio e da experiência dramática dos muitos milhões de antigos combatentes e outras vítimas de guerra que, através de já várias centenas de associações membros de largas dezenas de países dos cinco continentes, representa.

Quando se poderia augurar, mercê de se ter ultrapassado, em definitivo (?), o período da «guerra fria» e do antagonismo de blocos, uma nova era no convívio entre os povos, alicerçada na procura comum de soluções para os inúmeros, dramáticos e perigosos problemas com que a nossa civilização, e o nosso planeta, se debate, eis que, o recrudescimento de conflitos locais, regionais ou mais globais, não só pode destruir toda a esperança que renascia como também todos os projectos internacionais de auxílio imediato já considerados para os países mais pobres.

«Resoluções» da FMAC sobre

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A PAZ E A SEGURANÇA NO MEDITERRÂNEO

(Taormina/Sicília) — 10 a 12 DEZ. 90
COMUNICADO (extractos)

1 - A complexidade e a gravidade do problema na região do Mediterrâneo, a sua repercussão no resto do Mundo e a contribuição a dar para a Paz e a Segurança nesta região, foram o tema da conferência internacional da Federação Mundial de Antigos Combatentes que teve lugar em Taormina, de 10 a 12 de Dezembro de 1990.

5 — Os participantes afirmaram a sua convicção, que foi sempre expressa pela FMAC, de que a guerra não conduz a qualquer solução dos problemas e que é preciso recorrer à solução real dos conflitos, no quadro dos princípios da Carta das Nações Unidas, nomeadamente pela mediação e por um esforço de compreensão mútua.

6 — Foram trocados pontos de vista sobre as diligências que a FMAC pode empreender para facilitar serem postas em prática as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU, sobre o Médio Oriente, e a resolução adoptada, sobre o mesmo assunto, pela 17.ª Assembleia da FMAC, em Outubro de 1982.

17.ª ASSEMBLEIA GERAL DA FMAC

(Nice — 24 a 27 Out 82) (*)

RESOLUÇÃO 15 — «Para uma Paz justa e durável no Próximo Oriente»

A décima sétima Assembleia Geral.

1 — Vivamente emocionada pela efusão de sangue e pelas destruições de que foi, e é, teatro esta região, nomeadamente o Líbano, assim como pelos sofrimentos aí causados;



com populações inteiras a morrer de fome e de doenças.

Conforme detalhadas notícias no ELO, em todos os últimos encontros da FMAC, muito em especial nos de Malta (DEZ 89) e de Taormina (DEZ 90) sobre «A Paz e a segurança no Mediterrâneo» e no de Bangucoque (NOV 90-48.ª Reunião do Conselho Geral), foram propostas, e aprovadas, várias importantes «Resoluções» sobre várias das candentes questões que ensombream, de maneira sumamente trágica, o nosso futuro.

No sentido de dar o seu contributo aos esforços desenvolvidos pela Federação, e até correspondendo a um seu incessante apelo à colaboração de todas as associações membros, ELO divulga, entre outros, alguns dos principais textos sobre este assunto, uns até em repetição, mas outros pela primeira vez, integrando neste conjunto, também, a campanha mundial da Comissão Internacional da Cruz Vermelha sobre vítimas de guerra.

Médio Oriente e o Golfo

2 — Recorda a preocupação constante da Federação Mundial dos Antigos Combatentes em contribuir para a eliminação de rastilhos de crise e de causas geradoras de conflitos que ponham em perigo a Paz e a Segurança internacional;

3 — Relembra, também, o «Credo» da FMAC, «Paz e Liberdade», e o apego da Federação à defesa dos direitos fundamentais dos povos à liberdade, à independência, à soberania, à integridade territorial e à autodeterminação;

4 — Reafirma as posições tomadas pelos órgãos estatutários da FMAC e, em última ocasião, pelo Conselho Geral, em Novembro de 1978, considerando que «a instauração de uma Paz verdadeira no Próximo Oriente requer que seja encontrada, por todas as partes, um acordo, baseado nas resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas, com vista a conseguir uma solução justa e satisfatória, respeitando os direitos e os interesses de todos os povos desta região do Mundo;

5 — Reafirma, em particular, a necessidade imperativa do respeito e do reconhecimento pela soberania, a integridade territorial e a independência política de cada Estado da região e o seu direito de viver em paz no interior de fronteiras seguras e reconhecidas, ao abrigo de ameaças ou de actos de força.

6 — Constatando que os direitos do povo palestino à liberdade e a uma vida digna do Homem, assim como a uma Pátria, são cada vez mais largamente reconhecidos pela comunidade internacional;

7 — Considera que a única via para estabelecer uma Paz justa e duradoura no Próximo Oriente, e responder, assim, à aspiração profunda de todos os povos da região, reside em negociações com esse sentido, com a participação de representantes de todas as partes interessadas e, nomeadamente, de representantes qualificados do povo palestino;

8 — Lança um apelo urgente a todas as partes para se comprometerem, rápida e resolutamente, neste caminho».

(*) Assembleia Geral onde, recorde-se, Portugal foi admitido como membro efectivo da FMAC.

FMAC colabora e apoia a Cruz Vermelha

A CAMPANHA MUNDIAL DA CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL

(Proposta de resolução apresentada pelo secretariado Executivo da FMAC — Bangucoque/Nov. 90)

«O Conselho Geral

1 — Relembrando a ligação da Federação Mundial de Antigos Combatentes à promoção do «direito internacional humanitário» e a cooperação estreita que, sobre esta questão, tem mantido, ao longo dos anos, com a Comissão Internacional da Cruz Vermelha (CICV);

2 — Considerando a vocação estatutária da FMAC em ocorrer em auxílio das vítimas de guerra, especialmente aquelas de conflitos recentes ou em curso, fazendo-as beneficiar da experiência das associações membros;

3 — Congratula-se pela campanha mundial para a protecção das vítimas de guerra, que será levada a efeito em 1991 sob a égide do movimento mundial da CRUZ E DO CRESCENTE VERMELHOS;

4 — Solicita-se às associações membros que participem, nos respectivos países e em ligação com as sociedades nacionais da Cruz e do Crescente Vermelhos, nas actividades empreendidas no quadro desta campanha;

5 — Pede ao Secretariado Executivo/FMAC que obtenha, nomeadamente junto da CICV, todas as informações úteis sobre esta questão, comunicando-se às associações membros.»

APELO

Campanha Mundial de Protecção às vítimas de guerra

Este apelo a favor das vítimas de guerra é endereçado pelo Movimento Internacional da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho a eminentes personalidades do Mundo inteiro.

Nunca o Mundo esteve tão próximo da paz. Mas, também, nunca a guerra foi tão destrutiva. Hoje, em cada dez vítimas nove são civis.

O sofrimento dessas pessoas é um insulto à humanidade. Está ao alcance do homem, e é dever dos governos, pôr fim a essa espiral de violência que caminha para a guerra e os conflitos internos.

Nós apelamos aos governos, às organizações governamentais e não governamentais, aos líderes de todos os combatentes, assim como a todas as pessoas do Mundo;

— a respeitar os direitos humanos fundamentais dos indivíduos onde quer que seja e em todos os momentos e circunstâncias.

— a agir em conformidade com as suas responsabilidades que toda a ajuda humanitária necessária chegue às vítimas de conflitos e assegurando que elas possam solicitar e receber tal ajuda.

— a reconhecer que a vida de cada um é responsabilidade de todos.

A guerra é um meio insensato e obsoleto de resolver disputas. Contudo, enquanto ela persistir, o infortúnio das vítimas diz respeito a todos nós.

— Recusemos o silêncio.

— Estendamos a mão a cada homem, mulher ou criança que sofra.

— Insistamos junto aos governos, como acto de consenso humanitário, que ponham à disposição todos os meios possíveis e necessários para proteger e assistir às vítimas da violência do homem contra o homem, permitindo-lhes viver uma vida condigna.

Após séculos de conflitos ousemos, em nome das vítimas, conceber um mundo sem inimigos.

CONFLITO NO MÉDIO-ORIENTE: APELO DA CICV (Genebra/Fev. 91)

Na guerra que se desenrola violenta no Médio-Oriente, a destruições infligidas, de parte a parte, ameaçam ser imensas, talvez sem precedentes nesta região do Mundo.

Milhões de civis foram atingidos pelas malhas da ocupação e dos bombardeamentos, sem refúgio possível e sem protecção. O número de combatentes caídos em mãos inimigas. Centenas de milhares de jovens preparam-se para enfrentar a batalha terrestre, que se anuncia mortífera. A determinação dos adversários em presença e a acumulação de um potencial destruidor considerável deixam prever devastações irreversíveis. Logo que o véu da censura se levante, todo o horror dos sofrimentos infligidos aos povos da região, aos combatentes e às suas famílias se descobrirá aos olhos do Mundo.

Um dos aspectos mais inquietantes deste conflito é a constatação de que as leis da guerra, que são a expressão de princípios irredutíveis e universais da humanidade e de exigências da consciência pública, poderão ser ensombrados face a efémeros imperativos políticos, militares ou de propaganda.

O direito de escolher os métodos ou os meios da guerra não é ilimitado. As armas indiscriminadas ou cegas, as que atentam, de forma incontrolada, contra os seres humanos e o ambiente, são proibidos. Os feridos, civis e militares, os prisioneiros, devem ser objecto de uma atenção e de uma protecção particulares, segundo regras precisas que o conjunto dos Estados do Mundo se obrigou a respeitar.

É por isso que a Comissão Internacional da Cruz Vermelha lança hoje, em nome de todas as vítimas civis e militares, um apelo solene a todos os beligerantes para que sejam tomadas em conta, sem demora, as exigências da Humanidade.

Respeitar as vítimas, e tratá-las com humanidade, no ESPÍRITO DA CONVENÇÃO DE GENEBRA, é a expressão de um património universalmente partilhado, penhor de reconciliação. É, também, a última oportunidade concedida de prevenir um revés ainda mais grave que o recurso à força».

Dois apontamentos breves

— Cruz Vermelha Portuguesa: contactada pelo ELO, a Cruz Vermelha Portuguesa informou que, dentro do esquema mundial planeado pela CICV, que prevê a montagem de 10 hospitais cirúrgicos de campanha, assim como de outras 8 estruturas médicas para tratamento de deslocados, a CVP já tem em função a sua Comissão Coordenadora de Intervenção, em Lisboa, tendo feito seguir para campos de refugiados seiscentos conjuntos de cozinha, a que se seguirá, em breve, uma ambulância. Entretanto, está também preparado um hospital móvel de

campanha, o qual tanto pode ser montado em Portugal, para receber feridos evacuados, como pode ser enviado para qualquer outra parte indicada pela CICV.

— Reunião da CPAE/FMAC: realizando-se já em Abril próximo, em Lisboa, a 14.ª Reunião deste organismo da FMAC, é natural que a questão do Golfo seja um dos temas a incluir na sua «agenda de trabalhos». Esperamos, no ELO de Março, poder avançar com notícias pormenorizadas sobre esse importante encontro europeu, de antigos combatentes.

Nós com os outros

Iniciamos neste número do ELO a secção «Nós com os Outros» que procurará, em entrevistas a sócios da ADFA e a dirigentes de associações de e para pessoas deficientes, proporcionar um melhor conhecimento, exactamente, de nós e dos outros, uma visão alargada e envolvente do imenso mundo em que se desenvolvem as diversas acções, e vontades, pessoais e colectivas.

Quanto à ADFA, começamos com o sócio mais antigo e um dos sócios mais jovens, não nos tendo sido possível, por razão de doença do próprio, como queríamos, com o sócio mais velho.

1 — Aquela operação em Novembro de 71, como qualquer outra no Norte de Moçambique, decorria na expectativa de um muito provável contacto com o IN, pelo que toda a atenção de cada um dos elementos do grupo, especialmente do seu comandante, era, se possível, redobrada. De repente, uma explosão seguida de intenso fogo de metralhadoras e armas automáticas, obrigou todos a abrigarem-se, desenvolvendo, de imediato, a respectiva reacção. Terminada esta, e havendo retirado o IN, verificou-se que o oficial havia sido, logo no início da emboscada, atingido pelo rebentamento da mina comandada à distância. Como consequência dos ferimentos, o alferes miliciano de artilharia Joaquim Francisco Couceiro Ferreira, ficou cego do olho esquerdo, tendo ainda sofrido perfurações nos tímpanos, pelo que lhe foi atribuído um grau de incapacidade de 48%.

Sócio n.º 1 (31/MAI/74) da ADFA é, de momento, 1.º secretário da Mesa da Assembleia Geral Nacional e representante da Associação na FMAC, depois de ter ocupado diversos cargos, já que, fundador da casa, nunca deixou de ser um dos seus elementos mais activos e interessados. Para ele a primeira pergunta:

ELO — Como e porquê se fundou a ADFA?

CF — A ADFA foi criada, oficialmente, como entidade colectiva com personalidade jurídica, em Junho de 1974, tendo realizado a sua primeira assembleia geral em 22 desse mês, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa.

A Associação nasceu do sentimento de muitos deficientes das Forças Armadas e da necessidade de pugnar pela resolução



Conceição Ferreira, na reunião da FMAC/Banguete (em cima) e na Mesa da Assembleia Geral Nacional (em baixo)



dos seus problemas de forma organizada, sendo de realçar que a consciência colectiva dessa mesma necessidade começou a tomar forma em 1973, com alguns militares deficientes que, no Hospital Militar, entre si falavam da marginalização a que eram votados todos os que tinham sofrido, no corpo e no espírito, as consequências da guerra.

Havia, pois, que lutar por soluções que providenciassem os direitos e interesses fundamentais dos deficientes militares, o que não passava pela mera atribuição de uma pensão mas também, e principalmente, por uma reintegração total que terminasse com a discriminação sentida em várias áreas e circunstâncias — família, emprego, cultura, tempos livres, etc.

Constituída uma comissão «ad hoc», e na sequência de inúmeras reuniões efectuadas em casa de um dos elementos do grupo, e no Palácio da Independência já depois do 25 de Abril, foi elaborado um documento entregue à Junta de Salvação Nacional em 14 de

Maio de 1974, data que ficou a constituir marco na história da ADFA e, por tal motivo, considerada a da fundação da nossa Associação.

Será talvez curioso recordar que, entre outros, figurava no documento um ponto defendendo «a criação, no Ministério da Defesa Nacional, de um órgão coordenador interministerial para colaborar na reabilitação médica e vocacional, na educação especial e na integração no meio familiar, profissional e social, dos deficientes das Forças Armadas.»

ELO — Que análise actual sobre a actividade da ADFA, quer a nível interno quer externo?

CF — A nível interno, grandes momentos de participação e solidariedade se têm vivido na nossa organização. Contudo, tal participação associativa tem-se vindo a diluir nos últimos tempos, por força da dispersão de esforços resultante das grandes exigências que têm sido cometidas aos Órgãos Sociais. Julgo que uma maior dinamização

associativa será conseguida pelo cumprimento das determinações do III Congresso.

A nível externo, considero que a ADFA conseguiu solidificar a imagem de idoneidade, seriedade e competência, decorrente das acções que, responsávelmente, tem vindo a desenvolver nas várias áreas da sua intervenção.

Exemplos recentes são a construção, em curso, da nossa sede nacional e a realização da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, a qual constituiu, como espelho de reconciliação, um passo marcante na aproximação de povos que conviveram fraternalmente durante séculos e que uma guerra estúpida separou, provocando na sociedade portuguesa feridas de grande gravidade.

ELO — Uma mensagem...

CF — Se ao longo dos anos, o Estado tem lentamente vindo a assumir a obrigação de solidariedade que lhe compete, a Nação aparentemente es-

das tem mais uma missão. Difícil. Que cumprirá. Assim o espero!

2 — O grupo avançava pelo leito do rio, atento a possíveis emboscadas. De repente, ela aconteceu. E logo nos primeiros momentos um dos pára-quedistas é atingido por um lançamento, ficando estendido no terreno, com esfacelamento do pé esquerdo e fracturas expostas dos ossos da mesma perna.

Podia ser qualquer cenário de guerra, ou de guerras. No entanto, aconteceu em Março de 1980, no «polígono de Tancos», em exercício das tropas pára-quedistas da Base Escola. O militar acidentado, José Carlos Ferreira Pavoeiro, viria a sofrer, cerca de uma semana depois, amputação do 1/3 da perna esquerda, tendo-lhe sido colocada prótese, em 1982, no Hospital Militar de Hamburgo.

Ao abrigo do Decreto-Lei 43/76, e por se tratar de acidente em instrução com explosivos, foi equiparado a «em campanha», com atribuição de



José Pavoeiro, medalhado nos 1.ºs Campeonatos Nacionais de Atletismo e Natação

queceu, e cristalizou, o trauma que constituiu a guerra colonial.

Creio ser necessário, com bom senso e tolerância, proceder ao exorcismo deste trauma, pacificando, em definitivo, o consciente colectivo.

Para que os Pais aceitem. Para que os filhos conheçam e entendam. Para que as sequelas sejam simples cicatrizes que ninguém sente necessidade de esconder.

Será, talvez, a homenagem mais significativa que se poderá prestar a toda uma geração de portugueses que, no cumprimento de um dever, participaram numa guerra; a toda uma sociedade que sofreu.

A Associação dos Deficientes das Forças Arma-

48,3% de grau de incapacidade.

Sócio n.º 8617 (23/SET/81) da ADFA, é elemento suplente, por Lisboa, do Conselho Nacional e tem exercido actividade associativa na área do desporto.

ELO — Porque te fizeste sócio da ADFA?

FP — Porque, embora o meu problema tenha sido resolvido directamente através dos canais normais da Força Aérea, ao ter conhecimento, por um camarada, paraplégico e já sócio da Associação, da existência desta instituição, achei que era meu interesse, e dever, fazer-me também associado, não só em apoio da mesma, e das suas actividades, mas também num sentido de solidarie-

dade para com todos os deficientes militares e os problemas que enfrentam, os quais só em comunhão e em defesa colectiva podem ser tratados e solucionados.

ELO — Que análise fazes do trabalho da ADFA?

FP — Contra mim falando, já que sendo sócio desde 81, só há cerca de um ano comecei a frequentar com mais assiduidade a Associação, sinto que não será possível aos responsáveis fazerem muito mais do que fazem, se não houver uma muito maior participação de todos, não apenas com o intuito de verem resolvidos problemas pessoais mas, principalmente, num reforço de unidade e de capacidade reivindicativa, para que sejam respeitados os direitos de todos aqueles que, e sempre em serviço da Pátria, em qualquer lugar e circunstância se deficientaram.

A propósito, e com a experiência que tenho, sinto que, infelizmente, essa participação e associativismo é, pelo menos agora, de fraca expressão, havendo muitos sócios que, ou porque já resolveram os seus problemas ou porque os não conseguiram resolver a seu pleno contento, se desligaram da Associação e, o que é mais lamentável, abandonaram os seus ex-camaradas. Mas, haverá também que dizê-lo, não são estes os únicos: não podemos esquecer, não devemos querer esquecer, os que, por razões várias, nunca se fizeram sócios.

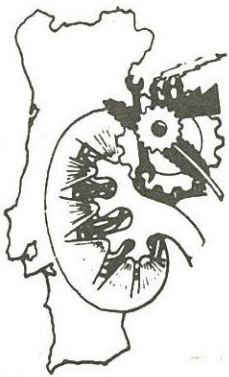
Sobre questões puramente de funcionamento interno, é evidente que existem lacunas e insuficiências, as quais, julgo, são não só devido a graves dificuldades financeiras e humanas que não permitem a necessária melhoria de serviços, como também, e isso é muito importante como incentivo e apoio à falta de participação associativa, mesmo quando é crítica, mas construtiva.

Esperemos que a concretização do sonho, que já foi, da nova sede, impulsione esse associativismo, permitindo uma melhor e mais frutuoso trabalho, alicerçado em maior participação de todos.

ELO — Alguma mensagem?

FP — Essa mesma: a da maior participação. E na área que mais me toca, a do desporto, o apelo a que se interessem e se inscrevam nas várias modalidades praticadas.

Nós com os outros



APIR

Nesta segunda parte de «Nós com os outros», vamos procurar dar a conhecer, aos nossos associados, através de um apanhado da agradável conversa que mantivemos com os seus presidente e vice-presidente, o que é a Associação Portuguesa de Insuficientes Renais (APIR), quais os seus objectivos e planos (o que, embora em resumo, terá de ser dividido por dois «Elo», sob pena de, tendo que «encolher» o texto, não poderemos dar o retrato mínimo da Associação e dos problemas com que se debatem os insuficientes renais).

E comecemos pela respectiva apresentação:

Presidente: Maria Alcina Ascensão (MAA), insuficiente renal há 17/18 anos, hemodiálise de 81 a 88, transplantada, funcionária do Instituto de Inserção Social, integrando uma equipa em estabelecimento prisional;

Vice-presidente: Vítor Simões (VS), insuficiente renal há 14 anos, hemodiálise há 9, transplantado, trabalhando na área administrativa. É o sócio n.º 1 da APIR.

HISTÓRIA — Se, inicialmente, eram relativamente poucos os insuficientes renais considerados em Portugal, talvez que o «serviço médico à periferia», que existiu durante a década de 70, tenha sido o culpado de, através de um levantamento por si realizado, se ter descoberto que muitos dos que morriam de simples «ataques de ureia» eram, apenas, insuficientes renais que precisavam de tratamento próprio em serviços adequados, passando, desde então, este tipo de doente a ser enviado, em quantidade cada vez maior, para os hospitais centrais, que, logicamente, não tinham capacidade de resposta.

E não existindo cá, na altura, senão um ou dois centros de hemodiálise, os doentes crónicos passaram a ser «expatriados», muitas vezes já em estado crítico ou mesmo em coma, para hospitais e clínicas em várias cidades de Espanha, França e Alemanha, tendo chegado a estar, no estrangeiro, em simultâneo, cerca de 400 doentes, metade dos quais só em Barcelona.

E «expatriados» porque, dependendo a sua vida de uma máquina, tinham de ir para outros países para poderem sobreviver, arrastando essa situação toda uma série de outras que se relacionavam com questões económicas, sociais, profissionais e familiares, já que tal deslocação implicava, quantas vezes, uma



permanência de dois ou mais anos.

Perante tal quadro, agravado, por vezes, com ameaças de regresso a Portugal por falta de pagamentos da nossa Segurança Social às clínicas (o que originou até suicídios), um grupo dos que se encontravam em Barcelona, com o apoio de familiares, médicos e outros técnicos de saúde, criaram uma «Comissão pró-associativa dos doentes renais portugueses», de onde veio, nascer, em 18 de Outubro de 1978, a APIR.

E, desde logo, o seu primeiro objectivo foi reivindicar o regresso a Portugal de todos esses «expatriados», exigindo, claro, a criação, no nosso país, das necessárias estruturas e condições, tanto mais que isso parecia lógico e fácil, dado que, para além de resolver questões pessoais dos doentes renais, seria um

bom negócio para o nosso Governo, visto que a instalação de centros de hemodiálise, em Portugal, com custos insignificantes em relação às verbas então dispendidas (cada doente custaria, à data, mais de mil contos/mês... daí terem aparecido, em Badajoz, em 3 meses, 4 clínicas particulares para receber portugueses), obviaria à saída de milhões em divisas.

No entanto, só em 1980 começou a haver uma resposta a tal situação, embora não propriamente por parte do Estado, já que das actuais cerca de 70 instalações existentes, 75 por cento são privadas, não obedecendo, por isso, a um plano adequado de criação de estruturas, a nível nacional, de que resulta uma má distribuição dos centros, com carência no interior e concentração no litoral, havendo ocupação incompleta de alguns por dema-

siado perto de outros, enquanto, em certas zonas, os doentes percorrem, três vezes por semana, dezenas e dezenas de quilómetros para irem fazer o seu tratamento, quantas vezes em táxi (pago pela Segurança Social), que recolhe 3 e 4 doentes em povoações diversas, e até distantes, obrigando a saídas de madrugada e regressos à noite, com toda a carga física e psicológica que isso comporta. Por outro lado, entretanto, o centro de hemodiálise do hospital de Beja, por exemplo, que está completamente montado, tendo implicado num investimento cerca de 200 mil contos, continua por abrir, tendo-se de deslocar os doentes locais a Évora, Portalegre ou mesmo Setúbal. Aliás, pensa-se que aqui a questão será resolvida em breve, com a recorrência a uma entidade particular que explorará o serviço...

E, aparentemente, com o pagamento total dos tratamentos pela Segurança Social, assim como de comparticipação, por vezes a 100 por cento, nalguns medicamentos e exames auxiliares de diagnóstico, parecem diminuídos alguns dos principais problemas com que se debatem os cerca de 5 mil insuficientes renais portugueses, a realidade é bem mais dramática, já que a questão do emprego, por exemplo, com todas as suas implicações, está muito longe de estar resolvida. Na verdade, embora com capacidade de trabalho muito semelhante a qualquer outra pessoa, o insuficiente renal pode enfrentar, muito cedo, a situação de reforma por invalidez, ficando apenas a receber a respectiva pensão, a qual, face aos anos de serviço, será muito pequena, agravando o seu já diminuto orçamento familiar, a despesa obrigatória com diversos e caros medicamentos (imprescindíveis, mas não comparticipados a 100 por cento), que pode atingir, em tantos casos, os 5 mil escudos/mês.

Tratando-se do primeiro emprego, então, a questão complica-se mais, pois o insuficiente renal só muito raramente o conseguirá, não se perspectivando muito fácil a vida dos jovens no mercado, já difícil, do trabalho.

«ELO» — *Perante tudo isto que nos contaram, quais são as principais prioridades da acção da APIR?* (Continua)

SINTOMAS QUE PODERÃO SIGNIFICAR PROBLEMAS RENAIS



Ardor ou dificuldade ao urinar



Urinar frequentemente — urinar durante a noite



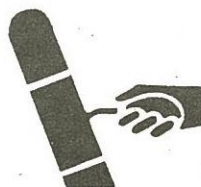
Urinar com sangue



Olhos, mãos e/ou pés inchados, especialmente em crianças



Dor de lumbago (abaixo das costas) que não se altera com o movimento



Tensão arterial elevada



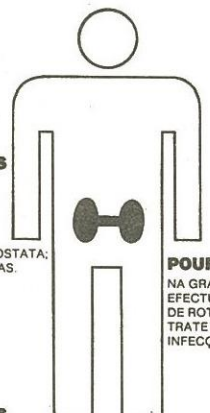
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE INSUFICIENTES RENAIS

APIR

PREVENIR AS DOENÇAS RENAIS É EVITAR ALGUMAS DAS SITUAÇÕES QUE PODEM DESTRUIR OS SEUS RINS

POUPE OS RINS

VIGIE E TRATE:
HIPERTENSÕES;
CALCULOSOS;
GOTA;
AMIGDALITES;
HIPERTROFIA DA PROSTATA;
INFECÇÕES URINÁRIAS.

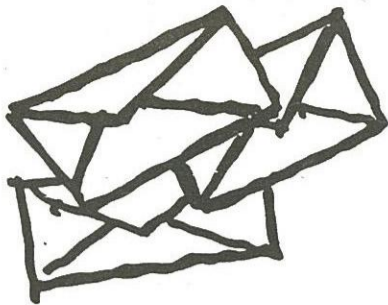


POUPE OS RINS
NA GRAVIDEZ
EFFECTUE AS ANÁLISES DE ROTINA;
TRATE OTITES E INFECÇÕES DENTÁRIAS

POUPE OS RINS

• NÃO ABUSE DE ANALGÉSICOS; OUÇA O MÉDICO;
• FAÇA ANÁLISES DE ROTINA
• NÃO FAÇA AUTO-MEDICAÇÃO
• NÃO FUME
• EVITE O ALCOOL
• RESTRINJA O SAL

PARA MAIS INFORMAÇÕES CONTACTE-NOS TELEF. 859 57 53



Correspondência

Embora sem ter sido possível a sua inclusão no ELO de Janeiro, foi já recebida a «informação» sugerida na carta do associado Manuel Ferreira Alves, publicada no nosso anterior número, nesta secção.

Antes, porém, de transcrevermos essa análise do serviço de Contencioso, uma outra carta, esta do sócio Armando Gonçalves que, focando o mesmo tema, poderá encontrar aí uma resposta parcial ao problema apresentado.

«O que é isso de deficientes do serviço!!!? E deficientes das Forças Armadas? Como é possível deficientes do serviço a partir de 80% passarem a deficientes das Forças Armadas? Deficientes das Forças Armadas (!?) têm descontos nos transportes, podem requerer nova inspeção médica no caso

de agravamento da deficiência; os deficientes do serviço (!?) com menos de 80% não têm descontos nos transportes e as deficiências nunca se agravam... Um deficiente das Forças Armadas (!?) com 30% de incapacidade recebe mais do dobro do que um deficiente do serviço (!?) com 70% de incapacidade (que recebe 36 mil escudos).

Porquê só os deficientes do serviço a partir dos 80% passaram a deficientes das Forças Armadas?

Meus senhores: não escondam a sugidade que vai em algumas mentes. Os deficientes de serviço (!?), como os senhores chamam, estariam ao serviço de qualquer outra instituição que não fosse as Forças Armadas?

Respondam a verdade e limpem o rosto. É uma afronta que os senhores

do Governo, das Forças Armadas, incluindo a direcção da ADFA — com amargura o digo — continuam a fazer a uma grande parte daqueles que ao serviço das Forças Armadas ficaram diminuídos fisicamente.»

Armando Mário Gonçalves
Sócio n.º 1477

Passando à informação do Contencioso, que se debruça sobre a carta transcrita em Janeiro, a um pedido desta Redacção, o respectivo responsável indicou que, para além de brevemente seguirem cartas com respostas pessoais para qualquer destes dois associados, ao segundo (Armando Gonçalves) importará especialmente o ponto 2), já que se refere à questão de prazos de revisão de processos.

«Informação»

Sobre a carta do nosso sócio Ferreira Alves (ELO/JAN/91), podemos informar o seguinte:

1) Relativamente à revisão de processos de averiguações por acidente ocorrido ou doença adquirida em serviço, caso se venha a concluir, a posteriori, da sua relação com situação de risco agravado (por exemplo, manobras com manuseamento de explosivos), é possível a revisão de processos desde que para o efeito se indique matéria que ainda não tenha sido apreciada no «auto» respectivo, revisão essa que será pedida nos termos dos art.ºs 1.º e 2.º, n.º 4, do

Decreto-Lei, 43/76 (20/JAN), n.ºs 1 e 3 da Portaria 162/76 (24/MAR) e n.º 1 da Portaria 114/79 (12/MAR).

2) Quanto à revisão de processos por agravamento de lesões ocorridas em serviço, essa, por força do art.º 119 do Decreto-Lei 498/72 (9/DEZ) — Estatuto da Aposentação — é da competência da Caixa Geral de Aposentações, sendo, nos termos do art.º 94.º do mesmo diploma, possível a sua apresentação dentro de 10 anos posteriores à data da fixação da pensão. *

3) Especificamente, quanto ao acidente em manobras militares referido na carta do nosso associado, e em relação ao qual não terá sido atribuída qualquer pensão, aconselha-se o sinistrado a dirigir-se à ADFA (Sede ou Delegação mais próxima da residência), pois a provar-se essa circunstância haverá direito a tal.»

*Relativamente a esta matéria podemos acrescentar que está a ser elaborado novo Estatuto de Aposentação onde julgamos que virão a ser contempladas estas situações.

A encerrar, por hoje, esta secção, e dado sabermos que muitas são não só as cartas enviadas à ADFA como as preocupações sentidas por muitos sócios sobre esta importante questão, recordamos a Nota da Direcção Central publicada no ELO de Dezembro passado.



QUOTAS

Tal como deliberou o III Congresso, e após concluídos os estudos para a cobrança de quotas através de desconto em conta bancária, será brevemente enviada a todos os sócios a respectiva proposta de autorização para a implantação do sistema, a qual deverá ser preenchida e devolvida aos serviços da ADFA, o mais rápido possível.

Esta forma de pagamento, antes do mais, facilitará o associado, garantindo-lhe permanentemente actualização e manutenção dos direitos associativos estatutariamente previstos (recorde-se que um deles é a recepção atempada do ELO...), evitando os atrasos que, seguramente, têm provocado afastamento temporário e/ou definitivo de alguns sócios, permitindo, por outro lado, um mais racional aproveitamento e utilização dos recursos da Associação.

O PAGAMENTO DA QUOTA, MAIS DO QUE UM DEVER INDIVIDUAL, É O SINAL PRIMEIRO DA PARTICIPAÇÃO E DA INTERVENÇÃO NA VONTADE COLECTIVA, COMO DIREITO ASSUMIDO.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

Serviço da gama «Renault»

Atendimento aos sócios e a todos os deficientes em geral

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.
Porto: Primeiro sábado de cada mês.

DELEG. ADFA

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos, ou em casa do interessado.

Delegado de vendas: António Bernardes

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

EM VIGOR A PARTIR DE 09.06.90

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 5 p	988 574\$00	1 360 048\$00
Renault Clio RN 1.2 5 p	1 091 603\$00	1 511 550\$00
Renault Clio RT 1.2 5 p	1 213 081\$00	1 653 679\$00
Renault Clio RT 1.4 5 p	1 269 275\$00	1 878 640\$00
Renault Chamade TR	1 358 115\$00	1 861 652\$00
Renault Chamade GTS	1 458 990\$00	2 106 457\$00
Renault Chamade TSE	1 635 392\$00	2 312 847\$00
Renault 19 TR 3 p	1 245 524\$00	1 729 920\$00
Renault 19 TR 5 p	1 344 801\$00	1 846 074\$00
Renault 19 GTS 3 p	1 309 196\$00	1 931 198\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 407 422\$00	2 046 122\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 603 324\$00	2 275 327\$00
Renault 21 GTL Bicorpo	1 748 078\$00	2 454 670\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 748 078\$00	2 454 670\$00
Renault Express GTC 5 lug.	1 355 489\$00	1 789 339\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 257 610\$00	1 674 820\$00

Transferência+Transportes=
Renault Clio — 12.500\$00; Renault 19 — 17.500\$00; Renault 21 — 20.885\$00; Renault 19 «CHAMADE» — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES:
Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, pode pedir informações na sede pelo tel.: 3462167/8/9 das 16 h às 18 h ou depois das 20 h tele: 4431951, o delegado de vendas Sr. Bernardes.



Actualização de assinatura e portes de correio

Partindo do pressuposto que a melhoria da apresentação do nosso jornal envolve custos (*), nos quais associados e assinantes, se dúvida, sentirão satisfação em participar, face à maior qualidade do produto final que lhes é proporcionado, foi decidido actualizar os preços praticados, passando estes a ser de:

- Número avulso 80\$00
- Assinatura anual (11 números) 750\$00

Por outro lado, e por alteração oficial de tarifas postais, os preços de porte para o estrangeiro serão os seguintes:

- Europa 1800\$00
- Fora da Europa 2100\$00
- Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe (via Sal) 1300\$00

(*) A que se tem que acrescentar o peso de medidas tão estranhas como o de incidência de 17 % de IVA sobre o preço do papel de jornal, de efeitos retroactivos a finais de 1990, baseada na (re)descoberta de uma disposição desactual e mesmo desenhada ao tipo de material hoje em utilização.

TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas recentemente remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: **Tipografia-Escola ADFA**

(sr. Mário Mendes)

H. M. P. — Anexo Campolide

R. Artilharia Um, n.º 107

1200 LISBOA

☎ 65 35 93



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991



RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
1900 LISBOA
Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
1700 LISBOA
Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA
Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

ESCREVEM OS SÓCIOS...

Lastimando que este espaço do ELO seja tão pouco aproveitado pelos associados, principalmente num período em que se avizinham não só eleições como revisão estatutária, continuamos com os artigos de Armindo Roque, de seu título genérico:

O RUIR DAS PIRÂMIDES — IV

O tema mais debatido no III Congresso, aquele que dominou as atenções e que de facto gerou polémica, é o que vem consignado nas conclusões nos seguintes termos:

«Elaborar um plano de desenvolvimento financeiro, a médio e longo prazo, diversificando as fontes de receita».

Esta conclusão resultou da aprovação de uma proposta apresentada pela Sub-Comissão Organizadora do Congresso, que no seu ponto 3.2.4, — o ponto 3 é PROPOSTA DE MUDANÇA — diz:

«Quanto a meios materiais devem as delegações acompanhar o desenvolvimento tecnológico verificado e progressivamente serem dotadas dos meios informáticos capazes de responderem às suas necessidades em termos de informação e administrativos.»

«No plano financeiro devem ser diversificadas as fontes de receita, nomeadamente através do incremento dos investimentos selectivos, que, no futuro, poderão contribuir para a desejada autonomia financeira.»

Passados que são dois anos, nem um nem outro destes dois pontos foi implementado. Apesar de a ADFA possuir alguns equipamentos bastante bons, não são utilizados convenientemente: continua a trabalhar-se de forma idêntica ao que se fazia em 1980, com todos os prejuízos que daí resultam, no atendimento dos sócios, na investigação e sobretudo em capacidade de gestão.

Os avanços operados verificaram-se na tipografia, com a compra de uma impressora offset, mas inexplicavelmente continua a fazer-se composição a chumbo.

No Centro do Porto, apesar de se afirmar que são utilizadas as técnicas mais avançadas, não existem ferramentas de CAD-CAM, quando estas já são correntes há vários anos noutros países, pelo menos ao nível do «design».

Não quero dizer que nada tem sido feito na ADFA, pelo contrário, considero que muitos e importantes passos foram dados. Mas, se em nome do que se faz, se abandona a organização interna da ADFA, o seu desenvolvimento, o movimento associativo e a interrelação dinâmica entre as Delegações e Sedes, então teríamos de concluir que tudo não passa de obras de fachada, sem substância. Nós acreditamos que a ADFA tem maturidade suficiente para não deixar que isso venha a acontecer.

O diálogo é o nó fundamental

No próprio «ELO» é sobrevalorizada a importância da actividade desenvolvida a montante e desvalorizados todos os problemas da vida associativa. Dá-se desta forma a sensação de que tudo vai no melhor dos mundos, que a direcção e o Governo lá estão para resolverem todos os problemas: esta posição é pedagogicamente errada, pois conduz à alienação dos sócios dos múltiplos e graves problemas com que nos confrontamos, levando-os a ficar descansadamente sentados em casa.

Pouco parece interessar que o Congresso tenha decidido que se devia ter organizado uma Assembleia Geral em 1990, para a alteração dos Estatutos, e que eles nem tenham ainda começado a ser discutidos. A Mesa da Assembleia Geral, não só não apresentou nenhuma explicação plausível aos sócios das razões do incumprimento desta resolução como nem sequer se dignou responder a diversas críticas que publicamente lhe têm dirigido. Desta forma, a M.A.G.N. tem estado a demonstrar desrespeito pelos sócios. E tudo isto perante o silêncio da Direcção Central, do Conselho Fiscal Central e do «ELO».

Todos os artigos que temos vindo a escrever, nesta série o «Ruir das Pirâmides», tiveram por objectivo sustentar, sob o ponto de vista filosófico, as propostas concretas que apresentaremos de alteração estatutária.

Se as conclusões do Congresso forneceram um conjunto de Conclusões bastante correctas, na prática elas não têm sido aplicadas. Só os Estatutos poderão obrigar ao seu cumprimento, uma vez que o Congresso não tem carácter deliberativo.

Se houve divergências no Congresso, é natural que

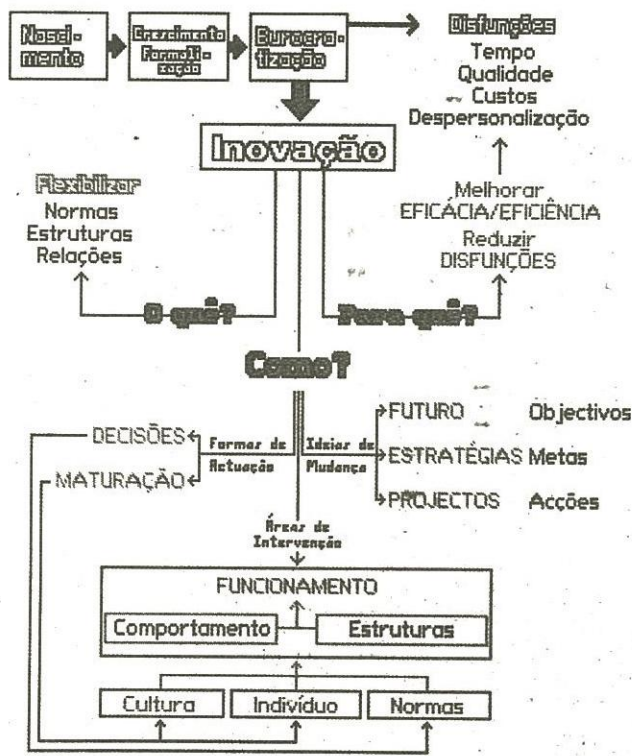
as mesmas se venham a repercutir na Assembleia Geral para a aprovação dos novos Estatutos, de forma ainda mais evidente, podendo mesmo ocasionar uma ruptura, se não houver uma ampla e prévia discussão dos mesmos.

Reconstruir o ambiente de camaradagem

O ambiente que se vive na ADFA, contrariamente ao que se procura instaurar por todo o lado, é cada vez mais elitista, inibidor de um debate franco e aberto.

O ambiente de camaradagem, que sempre caracterizou a ADFA, tem vindo em Lisboa e no Porto a ser substituído por uma hierarquização cada vez mais acentuada e a um relacionamento entre as diversas hierarquias demasiado formal, desmotivador de uma relação criativa.

Este comportamento, que subjaz de uma filosofia de gestão que em todo o lado está a ser abandonado, assenta na premissa que, para se fazer respeitar pelos funcionários, é preciso manter as distâncias, a fim de se atingir maior eficácia. O que se tem verificado, na prática, é que este método resulta exactamente no oposto do que se diz pretender. A experiência da gestão moderna prova que internamente o ambiente deve ser o mais informal possível; o tratamento formal só deve ser utilizado nas relações externas, e mesmo aí com moderação.



A formalização limita o trabalho criativo e de equipa, estando por isso a ser abandonado: retira eficácia, flexibilidade e gera mau ambiente de trabalho.

Quem quiser olhar à sua volta pode verificar facilmente o descontentamento existente por parte de muitos associados, dos trabalhadores e sobretudo das Delegações, onde felizmente esse ambiente ainda não foi implementado. Por isso, um pequeno Núcleo pode facilmente reunir mais associados do que a Sede, devido à ligeireza da sua organização.

É na cabeça das pessoas que se dão os verdadeiros saltos de produtividade

Com isto estamos apenas a repetir o que temos vindo a dizer sobre os modernos métodos de gestão. Aconselhamos a leitura de um artigo da «Fortune» publicado na revista mais lida pelos empresários portugueses, o «Exame» de JAN/91, com o título, «Revolução-A-New Age Chega aos Negócios», em que Frank Rose afirma a dado passo.

«...Organizações de tipo hierárquico substituídas por redes mais flexíveis: atribuição de poderes aos trabalhadores para a tomada de decisões autónomas; organizações que desenvolvem a capacidade para a aprendizagem em grupo em vez de ficarem à espera de ensinamentos que venham do alto; horizontes nacionais que dão lugar a um pensamento à escala mundial.»

Outras ainda podem parecer um pouco avançadas: a criatividade e a intuição, a par da análise dos números, como auxiliares da tomada de decisões; o amor e o empenhamento reconhecidos como factores

de motivação do lugar de trabalho; o primado do lucro questionado por aqueles que consideram que o verdadeiro objectivo da empresa é o enriquecimento mental e espiritual de quantos nela participam.

Cada uma destas evoluções é apenas mais uma manifestação de pensamento progressista por parte da gestão. Em conjunto elas apontam para a necessidade de uma mudança radical. O velho paradigma sustentava, quando aplicado ao mundo empresarial, que os números são o que há de mais importante, que os gestores profissionais podem assumir responsabilidades em qualquer empresa, que o controlo pode e deve ser mantido nos níveis superiores da empresa. O novo paradigma coloca as pessoas — clientes e empregados — no centro do universo e substitui as rígidas hierarquias da idade industrial por uma estrutura de redes que acentua o sentido da interligação, e mais adiante continua: «A produtividade é a chave», afirma James Baughman, ex-professor da Harvard Business School e a quem são imputadas muitas das mudanças realizadas na General Electric. «Só se consegue um aumento significativo da produtividade através da reestruturação e da automação. É na cabeça das pessoas que se dão os verdadeiros saltos de produtividade».

Aconselhamos ainda a leitura dos artigos que escrevemos no jornal «Vida Informática», de Fevereiro, onde, em reportagens que efectuámos em algumas das maiores empresas portuguesas, que têm vindo a utilizar métodos modernos de gestão, consideram que a produtividade, nos dias que correm, depende acima de tudo da capacidade criativa dos trabalhadores.

É necessária inovação da ADFA

Se nos alongámos na análise destes problemas, é porque consideramos que sem uma transformação na forma como se tem vindo a gerir a ADFA nos últimos anos é impossível avançarmos na resolução dos problemas que agora enfrentamos.

Num próximo artigo falaremos numa proposta de reestruturação da ADFA, que entregamos na Direcção, em Agosto de 1990. Essa proposta assenta no aproveitamento do riquíssimo património humano e imobiliário existente na ADFA, sobretudo nas Delegações, e que se encontra subaproveitado. Tendo isto em consideração e também um melhor serviço aos sócios, a nossa proposta aponta para actividades que, sem abandonarem os objectivos da ADFA, mas pelo contrário no sentido de que eles sejam cumpridos de forma mais eficaz, tornariam a ADFA uma organização financeiramente autónoma num prazo de cerca de cinco a sete anos.

Por outro lado, seria uma forma de contribuir para a resolução de um dos problemas que, afectando todos os trabalhadores portugueses, é duplamente gravoso para os deficientes: os sócios da ADFA têm ainda uma perspectiva de vida activa de cerca de vinte anos, mas se não se actualizarem às novas tecnologias, daqui a cinco anos não terão qualquer hipótese de integração profissional.

Para isso é necessário EDUCAR, e o ensino está a transformar-se na maior indústria do mundo. Por outro lado, se atentarmos que na população europeia o sector etário dos 40 aos 60 anos é muito forte, nenhum país europeu se pode dar ao luxo de pura e simplesmente dizer, como erradamente dizem alguns, que pessoas dessa idade não são passíveis de reconversão. Esse conceito é agora considerado errado e lesivo do progresso económico e social. O projecto EuroPACE, atendendo à falta de cursos apropriados e à extremamente rápida desactualização, aponta para uma reciclagem permanente, cujos custos só serão suportados por um intercâmbio de esforços ao nível de toda a Europa.

Em Portugal também já se concluiu da importância do ensino a adultos, em conjugação com a animação cultural e da importância do ensino ministrado por entidades não governamentais, o que está a motivar uma intensa polémica, e que agora vem contemplado na Reforma do Sistema Educativo.

Quando, como representante da ADFA, participámos no grupo de trabalho do SNR, «Educação», para a regulamentação da Lei de Bases (9/89), defendemos que na reintegração dos deficientes adultos, o Ministério da Educação tinha um importante papel a cumprir e apresentámos propostas nesse sentido. A opinião maioritária defendia que isso era matéria somente da responsabilidade do Ministério do Trabalho. Mesmo assim conseguimos que fosse introduzida uma recomendação que facilitasse o ingresso de deficientes adultos, às Escolas Profissionais.

A realidade dos factos está a demonstrar que tínhamos razão.

Armindo Roque



GUERRA: DUAS PEQUENAS NOTAS

— Apresentar a guerra como mero espectáculo de luz e som, feérico mercado dos mais sofisticados avanços da tecnologia, ou como complexamente simples jogo de computador, com bónus para quem vence, é acto perverso e criminoso.

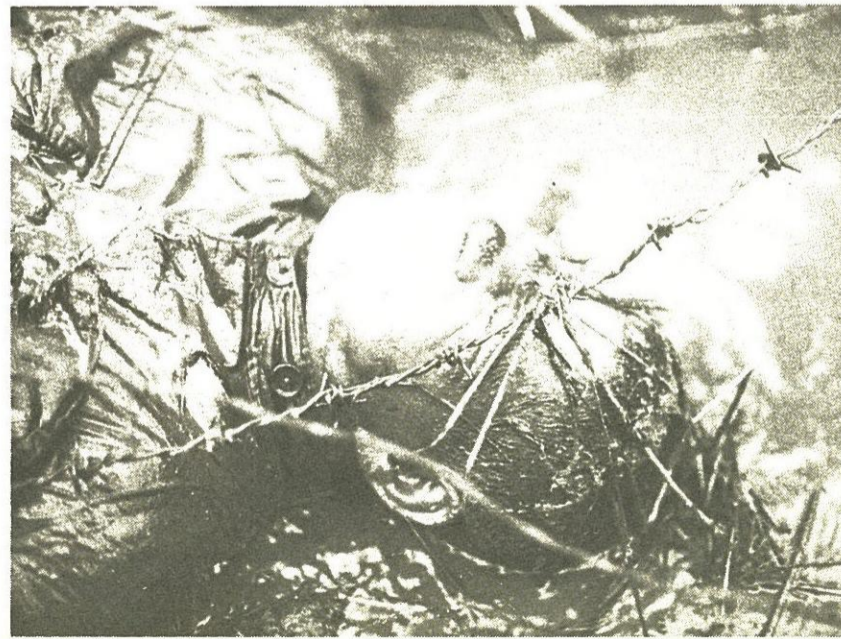
Porque a realidade crua dos conflitos, a verdade que deve ser mostrada, atirada à despreocupada, insensibilizada e despersonalizada consciência dos cidadãos, é a das ruínas, dos cadáveres, dos destroços das casas e das pessoas.

Ao inverter os factos, ao esconder os dramas e as tragédias sob a luz ofuscante das maravilhas e da capacidade do engenho (mortal) da nossa «civilização», a Comunicação Social, em especial a televisão, está, ao contrário do que quer fazer crer, a prestar um péssimo e perigoso serviço à Humanidade.

É PRECISO QUE NOS HORRORIZEMOS COM A GUERRA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS E NÃO QUE ADMIREMOS AS FANTÁSTICAS MÁQUINAS DE MATAR!



(Telefotos LUSA)



(Fotos ADFA)

— O fantasma da guerra, o absurdo das guerras, a anos de uma e a milhares de quilómetros de outra, imolou mais algumas vítimas inesperadas e inocentes nos seus serpenteantes e compridos tentáculos, simultaneamente verazes e insensíveis.

Mortos e feridos, corpos despedaçados e estropiados, espalharam horrores e estupefacção em manchas de sangue e lágrimas, impensáveis.

Como em Febres/Cantanhede, já no final do último Carnaval, quando a recordação de uma guerra já antiga se aliou ao pesadelo de um conflito actual para ceifar, esfacelar e amargar vidas, entre os 15 e os 50 anos.

QUE INSENSATO QUE É O SER HUMANO, QUE BRINCA, E SE DIVERTE, COM AQUILO QUE O MATA!